UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ESTEVÃO SOARES DE SOUZA

FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL DE 1999 A 2018

PONTA PORÃ
2020

ESTEVÃO SOARES DE SOUZA

FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL DE 1999 A 2018

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharelado em Economia, sob a orientação do Prof. Dr. Jonattan Rodriguez Castelli.

PONTA PORÃ
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

S714f Souza, Estevão Soares

Financeirização e desindustrialização no Brasil de 1999 a 2018 / Estevão Soares de Souza. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2020.

36p.

Monografia (Graduação) – Ciências Econômicas – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Jonattan Rodriguez Castelli.

1. Financeirização 2. Desindustrialização 3. Taxa de juros I. Castelli, Jonattan Rodriguez II. Título

CDD 23. ed. - 330.981

Eu dedico esse trabalho a minha família e a Deus, são a minha base nessa vida, Deus renova a minha fé e esperança em um futuro melhor a cada momento. Dedico aos meus pais, Zedequias de Souza e Eva Rosinete, pelo esforço e dedicação e incentivo. Dedico também a minha filha Lavínia de Almeida Soares, pela ternura que me trouxe, inspiração e motivação que me ajudou a superar essa jornada, sem eles isso não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de estudar na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e pela oportunidade de adquirir novos conhecimentos e experiência por meio de todos os docentes do curso de Ciências Econômicas.

Agradeço muito ao meu orientador Prof.º Dr. Jonattan Rodriguez Castelli, me incentivou e tornou possível a realização deste trabalho, e que me auxiliou em todos os momentos da elaboração do trabalho.

À minha família, meus pais principalmente, que me incentivaram à formação acadêmica, me forneceram suporte emocional e, em alguns momentos apoio financeiro para que eu pudesse concluir o curso.

Aos meus amigos de curso, do trabalho, e da igreja, pelos momentos de apoio que me fortaleceram durante esse processo.

“Todos temos as nossas crises prediletas. São as crises dos valores, das pandemias, da demografia, da economia, da energia, da especulação financeira, entre outras, mas a verdadeira ameaça vem de uma convergência impressionante, da sinergia de um conjunto de comportamentos até compreensíveis, mas profundamente irresponsáveis e frequentemente criminosos.”

Ladislau Dowbor

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação financeirização e a elevada taxa de juros praticadas no Brasil e seus efeitos no processo de desindustrialização no período de 1999 a 2018, e apresentar um breve histórico que por meio da condução da política monetária, liberalização financeira e de outras taxas de juros praticadas por bancos comerciais agravou o processo de financeirização e desindustrialização da nossa economia. Para tal, analisaremos a política monetária, pós implantação do Regime de Metas de Inflação em 1999. Em seguida de acordo a análise teórica verificar as consequências financeiras, queda do investimento e baixo nível de renda per capita.

Palavras-Chave: Taxa de juros; Financeirização; Desindustrialização.

ABSTRACT

The present work aims to understand the financialization relationship and the high interest rate practiced in Brazil and its effects on the deindustrialization process in the period from 1999 to 2018, and to present a brief history that, through the conduct of monetary policy, financial liberalization and other interest rates practiced by commercial banks aggravated the process of financialization and deindustrialization of our economy. To this end, we will analyze monetary policy, after the implementation of the Inflation Target Regime in 1999. Then according to the theoretical analysis check the financial consequences, fall in investment and low level of per capita income.

Keywords: Interest rate; Financialization; Deindustrialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dados do emprego censo padronizado na estrutura setorial da PNAD pelo IBGE.....26

Figura 2: Valor adicionado da indústria em proporção ao PIB per capita.....29

Figura 3: Valor adicionado da indústria em proporção ao PIB.....29

Figura 4: Os 10 maiores em Lucro líquido em 2019 (lucro líquido em milhões.....32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....11

1.1. JUSTIFICATIVA.....12

1.2. OBJETIVOS.....14

1. Objetivo Geral.....14

2. **Objetivos Específicos.....14**

2. METODOLOGIA.....15

3. REFERENCIAL TEÓRICO.....16

3.1. FINANCEIRIZAÇÃO.....16

3.2. O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....17

4. FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇAO NO BRASIL (1999-2018).....23

4.1. A FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL.....23

4.2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: O CASO BRASILEIRO.....25

4.3 FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....26

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....33

6. REFERÊNCIAS.....35

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a economia brasileira se vê refém dentro de um sistema macroeconômico que impede o desenvolvimento e favorece a concentração de riqueza.

Miguel Bruno (2019), destaca que a economia brasileira é refém dentro de um fenômeno que impede o crescimento e eleva a concentração de renda. O sistema de financeirização do capitalismo funciona com um certo padrão, onde a revalorização do capital e acumulação de riqueza vem principalmente por meio de canais financeiros e não produtivos.

Bresser Perreira (2009) conceitua a financeirização como uma forma de produção de riqueza fictícia que provoca a valorização dos ativos financeiros sem elevação da produção. Em outras palavras, a financeirização é um processo de desenvolvimento do capitalismo pelas finanças, entendido como aumento do papel do mercado financeiro sobre a economia onde a realização dos lucros vêm de canais financeiros ao invés do comércio e da produção de mercadoria é um termo comumente utilizado para designar uma economia em que se observa um certo padrão de funcionamento, em que há uma elevada valorização do capital, e a acumulação de riqueza vem por meio de canais financeiros (BRESSER PEREIRA ET.AL, 2019). Assim, os ativos financeiros concorrem com os investimentos diretos, de tal maneira que a financeirização provoca queda do investimento direto e perda do poder de consumo, afetando também o nível da demanda agregada.

Dowbor (2015) ressalta que um dos nossos motores da economia é a demanda das famílias, e que está travado pela financeirização, ele afirma que as pessoas gastam mais pagando juros quando compram utilizado o crédito do que com próprio bem, à medida que essas se endividam muito, porém comprando pouco. Dessa forma, os juros altos cobrados pelos intermediadores financeiros diminuem o poder de consumo das famílias.

1.1. JUSTIFICATIVA

É inegável a importância do sistema financeiro nas economias capitalistas serve como intermediador para investimentos produtivo. Todavia, essa relação pode ser prejudicial, quando existem muitos ativos financeiros concorrendo com os ativos na economia real, e por conseguinte, sendo um empecilho ao investimento produtivo e à formação de capital fixo.

> O “regime de financeirização pelos ganhos com juros” difere de “regime de financeirização por ganhos com dividendos”, que tem sido uma das principais características da financeirização na economia dos EUA e outras economias desenvolvidas, pois a principal fonte de receitas financeiras dos agentes, na economia brasileira, não resulta de dividendos, mas de receitas derivadas de aplicações em títulos públicos e privados, parte deles indexados às taxas de juros, que têm sido mantidas em níveis muito altos desde a implementação do Plano Real em 1994. (BRESSER PEREIRA et. al, 2019).

A financeirização provoca um dreno de recursos, transferindo recursos que seriam para investimentos na economia real e os aplicando em um sistema de intermediação financeira. No Brasil, as LFT (letras financeiras do tesouro) são remuneradas pela taxa Selic, em uma economia onde a taxa de eficiência marginal do capital, ou seja, o retorno do investimento em bens de capital é baixo, devido a demanda baixa.

As LFT indexada à Selic têm retorno acima da inflação e com alta liquidez e pouco risco, concorre com o investimento e transfere parte do imposto para pagamento de juros para rentista, a maioria bancos e intermediários, bancos que em vez de financiar projetos produtivos preferem ganhar dinheiro com a dívida, e uma parte significativa do PIB é para o pagamento de juros, o que transfere recurso dos nossos impostos, que serviriam para aplicar em políticas sociais e de infraestrutura e vão para mão de rentistas.

E para aqueles que querem investir no sistema produtivo, encontram a financeirização como entrave ao investimento, veja a distinção entre financiar e financeirizar, Dowbor (2012), trata a esse respeito, financiar é oferecer na forma de um empréstimo dinheiro para que alguém possa investir em algo produtivo, por exemplo, um padeiro que quer ter sua própria padaria, toma dinheiro emprestado, na forma de um financiamento para poder investir no seu próprio negócio, e com parte da receita do seu empreendimento passa a pagar o financiamento, já financeirizar é

quando o financiamento tem um custo tão alto, juros tão elevados que são superiores a rentabilidade do seu negócio, no caso desse exemplo a padaria, e o sujeito entra em um nível de endividamento que o faz refém, escravo da sua própria dívida, ou seja, a financeirização é quando os juros do financiamento é superior ao que o investimento produtivo possa render, nesse caso a eficiência marginal do capital está inferior ao juros do financiamento e isso trava a economia.

A financeirização trava a economia, segundo Dowbor (2015), pois detrime a demanda das famílias (o principal motor da economia). Além disso, a financeirização esteriliza recursos por meio dos intermediários financeiros como, crediário, cartão de crédito, cheque especial, empréstimos e financiamentos.

> [...] ao fazer uma compra a crédito, gastam mais com os juros do que com o próprio valor do produto adquirido. As famílias não só se endividam muito como se endividam muito comprando pouco. A conta é evidente: em termos práticos, pagam quase o dobro, às vezes mais. Dito de outra forma, compram a metade do que o dinheiro deles poderia comprar, se fosse à vista. Isto que a compra à vista já inclui os lucros de intermediação comercial. De acordo com os dados do Banco Central, em março de 2005 a dívida das famílias equivalia a 19,3% da renda familiar.
> Em março de 2015, a dívida acumulada representava 46,5% da renda. (DOWBOR, 2015, p. 197)

Logo, a demanda das famílias está travada pela financeirização, assim como a atuação do estado e a aplicação de seus recursos. Os recurso do estado, que são principalmente os tributos pagos pela população, que poderiam ser aplicado em infraestrutura, educação ou saúde estão sendo utilizados para pagar os juros da dívida pública, o setor produtivo trava, uma porque o consumo das famílias é baixo e outra porque o retorno do investimento no setor produtivo é menor do que o retorno em uma aplicação financeira e, o custo de um empréstimo para investimento no setor produtivo é maior do que retorno que o empreendimento possa ter.

> Os empresários efetivamente produtivos – ao contrário dos intermediários – trabalham em geral com margens relativamente pequenas. Um fogão pode ser comprado a prazo por 840 reais e à vista por 420 reais, já incluído o imposto de 40% e o lucro da loja, mas terá saído da fábrica a pouco mais de 200 reais. O resultado é que quem não tem dinheiro para pagar à vista vai pagar mais de 800 reais por um fogão de 200. O produtor aqui recebe pouco e terá dificuldades para expandir as atividades, porque o grosso do lucro vai para intermediários que, em vez de serem prestadores de bons serviços comerciais, transformam-se em financiadores, vendedores de crédito.” São atividades bancárias não assumidas como tais. Na prática, são atravessadores financeiros. (DOWBOR, 2015, p. 203)

Na contramão o resultado do rentismo no Brasil é impressionante, Dowbor (2020) o lucro dos bancos, os intermediários do dinheiro alheio, deveriam custar

menos à sociedade, à medida que tornam o dinheiro mais produtivo, fomentando a economia. Seria mais benéfico a sociedade, o banco através das poupanças, oferece-se crédito para produtores, industriais e agrícolas, setores produtivos a custos razoáveis, tornando empresários capazes de gerar emprego e produto, mas quando extraem mais dinheiro da sociedade do que contribuem, eles estão empobrecendo as famílias que gastam em juros o que poderiam gastar em bens e serviços, isso fragiliza a demanda, o que, por sua vez, fragiliza as empresas, e ambas fragilizam o fluxo de receitas para o Estado.

> […] O caminho para onde estão carregando o nosso país constitui um imenso retrocesso. Produzir aqui não rende, ou rende muito menos do que especular no sistema financeiro. A desindustrialização faz parte, a fuga de empresas também (DOWBOR, 2020, p.12)

E dessa forma, evidencia-se a relevância em se estudar o tema proposto por esta monografia.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Compreender a relação financeirização e a elevada taxa de juros praticadas no Brasil e seus efeitos no processo de desindustrialização no período de 1999 a 2018.

1.2.2. Objetivos Específicos

I. Apresentar o conceito de financeirização e um breve histórico.

II. Definir o conceito de taxa de juros e seus mecanismos de transmissão.

III. Apresentar os efeitos da taxa de juros, tanto a taxa de juros básica, a Selic, como meio de aplicação de politica monetária, como também outras taxas de juros praticadas por bancos comerciais e que têm efeito sobre a desindustrialização.

IV. Mostrar a relação entre a financeirização e alta taxa de juros praticadas no Brasil e a desindustrialização

2. METODOLOGIA

A monografia foi elaborada através da busca de referências bibliográficas por meio de artigos e livros pesquisados sobre o tema, o trabalho busca apresentar uma análise teórica sobre os efeitos da financeirização e da taxa de juros sobre o consumo e o investimento no processo de desindustrialização.

Dentro da elaboração do trabalho a primeira parte consiste na conceituação sobre a financeirização e a taxa de juros e desindustrialização.

De acordo com autores referenciais, sobre a financeirização, o trabalho apresentara a abordagem de, François Chesnais, Bresser Perreira e Miguel Bruno, entre outros.

E sobre a conceituação da taxa de juros, o trabalho busca, por meio de referência bibliográfica, apresentar a visão Keynesiana e pós–Keynesiana para compreender melhor a formação da taxa de juros e a aplicação na economia e assim entender os efeitos sobre consumo e o investimento, a escolha da teoria keynesiana é definida porque apresenta uma versão mais efetiva para a aplicação da taxa de juros.

Para desenvolvimento da relação da financeirização ao processo de desindustrialização o presente trabalho buscou, primeiramente conceituar a desindustrialização e apresentar o que seria a chamada “doença holandesa”, e através da análise bibliográfica frisou o apontamento de autores, como Bresser-Perreira (2009), Oreiro e Feijó (2010) e Morceiro (2012, 2019) que destacaram a abertura financeira como fator para a desindustrialização

Ao apresentar definições teóricas da taxa juros, financeirização, e claro, desindustrialização, para podermos posteriormente realizar uma análise teórica, o trabalho apresentará também dados sobre emprego, taxa de investimento, taxa efetiva de juros, dados coletados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no banco de dados do Banco Central do Brasil – BCB e IPEADATA.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A aplicação dos juros na economia é determinante para a demanda e o investimento. Os juros elevados contribuem para a forte financeirização. Dessa forma, neste capítulo se apresentarão os conceitos teóricos de financeirização (e como ela trava a economia) e de desindustrialização derivada da abertura financeira e da queda do investimento. Além disso se fará uma breve revisão da teoria do emprego dos juros na visão Keynesiana e o consenso monetário, no Brasil, na manutenção dos juros elevados para controle da inflação (tese de Bresser Perreira).

3.1. FINANCEIRIZAÇÃO

De acordo Miguel Bruno (2019), o conceito de financeirização é utilizado para designar a valorização do capital e a acumulação de riquezas por meio de canais financeiros e não por meio de atividades produtivas. O autor ressalta que a possibilidade de acumulação de riqueza por meio de canais financeiros está presente em qualquer tipo de economia que apresenta um certo grau de desenvolvimento. Contudo, segundo ele, os rendimentos altos por meio de ativos financeiros são bastante atraentes e concorrem com a formação bruta de capital fixo empresarial.

Chesnais (2001), por sua vez, defende em artigo sobre a mundialização: o capital financeiro no comando, como um sistema em que as finanças tem o próprio dinheiro produzindo mais dinheiro, a revalorização por si mesmo, sem contrapartida, sem nenhum aumento nos processos de produção. Ele sintetiza esse raciocínio em uma analogia dizendo que os proprietários de títulos, beneficiários de juros, consideram que o seu capital vai lhe render receita com a mesma regularidade que uma pereira da peras.

O início da fase do capital dominado pelas finanças se dá, segundo Chesnais (2001), dentro do contexto histórico com a revogação, em 1971, do sistema de Bretton Woods, a partir daí o dólar não está mais atrelado ao ouro, isso abriu caminho para a liberalização e desregulamentação das finanças. As taxas de câmbio flutuante e o predomínio do dólar frente a outras moedas permitiu o aumento da dívida pública americana, dá se então um modelo de sistema econômico que transfere receita em benefício da renda, através do pagamento de taxa de juros

elevadas sobre a dívida pública, modelo posteriormente adotado por países periféricos como Brasil.

O sistema econômico dominado pelas finanças, onde a taxa de juros que remunera a aplicação financeira é superior ao retorno esperado pelo sistema produtivo, provoca queda do investimento e desindustrialização, como veremos na seção seguinte.

3.2. O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Oreiro e Feijo (2010) trazem a definição segundo Rowthorn e Ramaswany (1999), como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Seguindo este conceito os países desenvolvidos teriam iniciado em 1970 um forte processo de desindustrialização, e na América Latina, e no caso brasileiro, a partir da década de 90, com as medidas econômicas liberalizantes e abertura financeira.

Bresser-Perreira (2009) coloca como uma forma para se perceber a desindustrialização, a comparação entre a participação de cada setor, do valor agregado no total de produção industrial e exame das exportações.

Tregenna (2009) redefiniu de forma mais ampla o conceito “clássico” de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

A contribuição de Morceiro (2019) na conceituação da desindustrialização, ele observou que as avaliações se concentravam no peso da indústria sobre o PIB, mas Morceiro (2012) contribui para reformulação adequada da definição, ele observa que a maioria dos diagnósticos internacionais sobre desindustrialização se concentra na análise do emprego manufatureiro no emprego total.

Outra questão levantada na literatura sobre desindustrialização, é a da doença holandesa, que é quando há um processo precoce de desindustrialização. De acordo com Oreiro e Feijo (2010), de forma negativa, uma “re-primarização” da pauta exportação, onde se observa um aumento das exportações de commodities, produtos primários com baixo valor adicionado.

A desindustrialização é um processo natural quando se alcança um certo nível de renda per capita, de certa forma elevado, porque daí o aumento da renda levaria a elevação da elasticidade da renda, a inversão da demanda, que buscaria por mais

serviço ao invés da busca por bens manufaturados, esse é um processo normal no desenvolvimento, o valor do emprego total no setor de serviços será maior que o emprego da indústria. Porém, a desindustrialização provocada pela doença holandesa que, seria no caso uma desindustrialização precoce, iniciada a um nível de renda per capita inferior ao dos países desenvolvidos antes de alcançar o ponto de maturidade da indústria diminui as possibilidades de desenvolvimento econômico.

Oreiro e feijo (2010) coloca que a desindustrialização provocada pela “doença holandesa” chamada também de “desindustrialização precoce”; uma vez que, se inicia a um nível de renda per capita inferior ao observado nos países desenvolvidos quando os mesmos passaram pelo processo de desindustrialização.

Dos economistas que defendem que o país passa por um processo de desindustrialização (Loures, Oreiro e Passos, 2006; Bresser-Perreira e Marconi 2009) afirmam que o processo de desindustrialização advém de uma combinação entre a abertura financeira e da valorização dos termos de troca e câmbio apreciado, a abertura financeira nos anos 90 é o fator que provoca a forte financeirização e desencadeia o processo desindustrialização brasileira.

Veremos na seção seguinte a conceituação da taxa de juros, a forma de aplicação de política monetária na visão Keynesiana e Pós-Keynesiana, que introduz a definição, da taxa de juros, preço pago para manter a moeda na forma líquida e, o conceito de eficiência marginal do capital, que nos permite analisar o retorno esperado por um investimento, seja ele produtivo ou numa aplicação financeira, quando o retorno esperado por um investimento numa aplicação financeira é superior ao investimento produtivo, temos então o processo de financeirização da economia, como consequência, diminuição do investimento produtivo e desindustrialização.

3.3 TAXA DE JUROS COMO MEIO DE TRANSMISSÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA NA VISÃO KEYNESIANA

Na teoria monetária clássica (que tem como pressupostos básicos a Teoria Quantitativa da Moeda e a validade da Lei de Say) era ensinado que a taxa de juros era um rendimento dado como compensação pela renúncia da compra, mas para Keynes tratar a taxa de juros como rendimento pela renúncia da compra não era a melhor definição, já que manter dinheiro guardado em casa, por exemplo, não rende juros. Então Keynes definiu a taxa de juros como sendo o preço para manter a

moeda na forma líquida, um meio de transferir a moeda de um poupador para um consumidor. Trata-se então de usar a taxa de juros como meio de aplicar política monetária, porque a taxa de juros determinará a quantidade de moeda que o público reterá, diferentemente do que era para os clássicos, a taxa de juros é um fenômeno monetário, ligado às expectativas dos agentes e sua preferência pela liquidez, e não real, segundo (Keynes, 1992, p. 141). “via de regra geral, podemos admitir que a curva da preferência pela liquidez que relaciona a quantidade de moeda à taxa de juros é dada por uma curva regular, a qual mostra que essa taxa vai decrescendo à medida que a quantidade de moeda aumenta”.

Segundo Keynes (1992) as pessoas mantêm moeda, primeiro para as transações correntes do dia a dia, para pagamento de dívidas ou compras, e também como sendo um meio de reserva de riqueza, são três motivos que ele aponta como forma de demandar moeda pelas pessoas; o primeiro motivo é para as transações, o segundo é por precaução, como uma forma de manter o dinheiro para uma eventual emergência, e o terceiro motivo e último, o motivo especulação como uma forma de obter lucro através da moeda.

Um outro conceito introduzido por Keynes a taxa de juros foi o de eficiência marginal do capital, que é, no caso, a taxa de retorno esperada sobre o investimento. Imagina que um indivíduo tem o direto de adquirir ativos por meio do capital através de investimentos em aplicações financeiras ou por meios de bens de capital, para produzir bens de consumo e vender no mercado.

A eficiência marginal do investimento se dá pela relação entre a renda esperada por um investimento em um bem de capital, ou seja, o quanto a produção desse bem irá trazer de lucro ao investidor, no caso, se a taxa de retorno do investimento em um bem de capital for menor que a taxa de retorno de um investimento em uma aplicação financeira o investidor preferira a uma aplicação financeira a um investimento em bens de capital, em produção.

Espera-se que o investimento agregado seja igual à eficiência marginal do capital, segundo cita Keynes (1992) como referência dele o professor Fischer que explicava que a expansão dos investimentos em qualquer sentido dependerá de uma comparação entre a taxa de rendimento em relação ao custo e a taxa de juros. Para induzir novos investimentos “a taxa de rendimento em relação ao custo deve ser superior à taxa de juros”, em suma, o volume de investimento depende da taxa de juros e da taxa de eficiência marginal do capital, era o que afirmava. Keynes

(1992, p,142) também ressalta que uma baixa na taxa de juros estimula o fluxo de investimento, isto não acontecerá se a escala da eficiência marginal do capital cair mais rapidamente que a taxa de juros, isso não se produzirá se a propensão a consumir estiver em declínio.

O volume de investimento tem uma forte relação quanto à condição da expectativa, o de quanto o investidor espera receber de renda pelo investimento. Segundo Keynes (1992) dois fatores influenciam no alcance dessa renda: o primeiro é o volume e diversidade de bens e ativos de capital bem como a intensidade da procura e demanda; o segundo fator está relacionado a variações, nas mudanças em tipo de bens, ou na quantidade de estoque, ou no perfil de preferência dos consumidores, ou na procura efetiva e também quanto a vida do investimento e as variações no salário tudo isto influencia o volume de investimento. A expectativa é um fator psicológico que influí sobre o nível de investimento a longo prazo.

O estado da expectativa de investimento a longo prazo depende do estado de confiança do investidor no prognostico, quanto às incertezas, no caso quanto maior as incertezas a longo prazo mais fraco serão as demandas por investimentos. Nos negócios se exige habilidade e um tanto de sorte, empreender é um negócio de risco, não envolve apenas cálculos frios depende também do estado de confiança e expectativas. Na bolsa de valores o investidor tem a oportunidade de avaliar seu investimento ao longo do dia, mas para o empresário que investiu em bens de capital, em produção, não dá pra mudar de negócio do dia pra noite. Nos mercados organizados de investimento, os investimentos de longo prazo, aqueles que o resultado vem ao longo dos anos, necessita-se de uma certa continuidade do raciocínio, uma certa estabilidade, que daí diminui as incertezas em relação ao futuro imediato, e dá uma margem para que o indivíduo não perca o sono por não ter nenhuma ideia do que vai acontecer com seu investimento no curto prazo.

Em síntese, a taxa de juros é um meio de aplicação de política monetária. Segundo Keynes (1992) a taxa de juros é o preço pago para transferir dinheiro do poupador para um consumidor, e o valor da taxa de juros vai depender da eficiência marginal do capital, a rentabilidade que o capital vai ter investido num meio de produção, ou numa aplicação financeira. Então o volume de investimento depende, no caso se o rendimento vai ser maior que o custo dos juros, além da taxa de juros, o volume de investimento, também das expectativas, principalmente sobre a demanda das famílias (comprometida pela alta taxa de endividamento consequência

dos altos juros praticados). Na formação do estado das expectativas do investidor, com relação a confiança no mercado produtivo mediante ao consumo e ao retorno do capital, o volume de investimento tende a ser maior quando a taxa de juros baixa, e o consumo das famílias também tende a aumentar quando a taxa de juros diminui. Logo a taxa serve como meio de política ou para estimular o investimento e o consumo, como também pra contrair.

3.4 TAXA BÁSICA DE JUROS (SELIC) E O EMPREGO NA ECONOMIA

Nesta seção o trabalho apresenta a principal taxa de juros da nossa economia, a Selic, utilizada para aplicação de política monetária, principal instrumento de controle da inflação, embora a inflação tenha sido controlada pelo câmbio, a deterioração da balança comercial permitiu a criação de um consenso monetário, a manutenção de juros elevados para controlar a inflação. A indexação das LTFs à Selic concedeu remuneração ao rentista superior a inflação e baixo risco, um exemplo de financeirização, revalorização do capital, concorrência ao investimento produtivo e desindustrialização.

A taxa básica de juros da nossa economia é conhecida como Selic, (Sistema de Liquidação e Custódia), ela é determinada como meta para taxa de juros por um comitê do Banco Central, formado pelo presidente do banco e seus diretores, o comitê de política monetária, o COPOM, que determina a meta de taxa de juros como política para controlar a inflação, (a alta generalizada no nível geral de preços).

A necessidade de controlar a inflação no Brasil se deu devido em razão do histórico de alta inflacionária que marcou o país durante décadas. Só a partir do plano Real veio a estabilização, que seu deu principalmente pela âncora cambial, com o câmbio fixo, o dólar e o real tinham o mesmo valor. O problema é que isso levou a uma deterioração da nossa balança comercial. A partir de 1999 o câmbio voltou a ser flutuante e adotou-se o regime de metas de inflação, o RMI.

O receio de ver subir novamente a inflação com o câmbio flutuante levou à adoção de uma política de manutenção de elevado nível de taxa de juros, isso se tornou consenso como política monetária. Se a taxa de juros representa o valor pago pela renúncia da liquidez quanto maior for o prêmio pago pela renúncia, maior será o volume de poupança, sendo volume de poupança aumentado, o volume de

transações e consumo tende a diminuir e desse modo controla se o nível geral de preço, aumentando ou diminuído a taxa de juros.

Erber (2008) destaca que a elevada taxa de juros é o resultado de uma influente coalizão de interesses formada em torno da manutenção dos juros altos, porque desta maneira seriam satisfeitos os interesses, tanto para rentistas — que se beneficiam e lucram mais com as aplicações financeiras — quanto para o próprio Banco Central do Brasil (BCB), que acaba se beneficiando porque constroem a reputação de ser um banco central conservador.

A Selic serve de referência para as outras taxas de juros no mercado, principalmente na hora de captação de recursos, quando o sistema financeiro empresta do poupador ou de outro banco, por exemplo, empréstimos entre bancos, o CDI (Certificado Depósito Interbancário), quando um banco no final do dia tem seu saldo deficitário recorre a outro banco e pega emprestado para saldar suas transações do dia, a taxa cobrada por esse tipo de empréstimo é o CDI, que é uma taxa que fica a baixo mas, bem próximo à Selic. Ou seja, a Selic serve de referência para o CDI, além disso o CDI também serve como referência na hora dos bancos remunerarem os poupadores, a taxa paga às pessoas físicas que aplicam no banco em títulos de CDB, ou até mesmo na poupança tradicional, usa a Selic como referência. Agora nos empréstimos entre bancos geralmente são oferecidas como garantia para o pagamento os títulos do tesouro, esses títulos do tesouro são indexados pela Selic.

O grande problema atual na economia é que a Selic é indexada às LTF (Letras Financeiras do Tesouro), os títulos emitidos pelo Banco central. Anteriormente a forma do governo se financiar era emitindo moeda e isso causava elevada inflação. A partir do plano real o governo começou a financiar seus déficits com emissão de títulos da dívida pública. Os títulos do governo estão indexados à Selic e como forma de atrair o interesse do público, mantém se elevada a taxa de juros.

> A respeito do tamanho da dívida pública brasileira, a partir de 1994, com a estabilização econômica resultante da implantação do Plano Real, a senhoriagem (emissão de moeda) passou a ter outros objetivos, além do financiamento do déficit público. Com a elevação das taxas de juros para atrair capital externo e a necessidade de trocar moeda estrangeira por Reais, o Governo foi obrigado a emitir mais moeda. Entretanto, devido à necessidade de estabilização dos preços, o Governo “enxugava” o excesso de moeda em circulação através da emissão de novos títulos públicos.

> Como resultado houve elevação no valor da dívida pública do governo (GALLE e BERTOLLI, 2004, p.10)

Nos parágrafos acima vemos como a taxa básica de juros, a Selic, se tornou importante como instrumento de política monetária para controlar a inflação, após a estabilização da economia e com a adoção do câmbio flutuante, adota se o regime de metas de inflação, a forma do estado se financiar muda, e o governo passa a se financiar com o aumento da emissão de títulos da dívida pública e para os títulos do tesouro serem atraentes para o investidor, a taxa de juros se mantêm alta e os títulos estão indexado a Selic, este é um dos empregos da Selic na economia, e influenciam, causando efeitos sobre o consumo e o investimento como veremos mais à frente. Outro emprego da Selic na economia, é o papel importante como referência para as taxas de juros comerciais, aquelas aplicadas pelos bancos, na hora de captação de recurso, os empréstimos entre bancos, a Selic é referência para o CDI, para a poupança ou para outras aplicações financeiras oferecidas pelos bancos, como CDB por exemplo, a Selic ela é a referência das taxas de juros na hora de captação.

As LTFs concorrem com investimento produtivo, diminui a taxa de investimento na nossa economia, isso em si já caracteriza o processo de financeirização, a Selic elevada, superior à inflação, as LTFs indexadas fornecem remuneração superior a inflação e com baixíssimo risco ao rentista, ela é a principal referência para os bancos na hora de captação, o papel dos bancos como intermediador do dinheiro alheio, transferir dinheiro de um poupador para um consumidor, como vimos a Selic é referência para outras taxas do mercado, principalmente para captação, a captação produz taxas superiores à inflação, mas o que agrava o problema da financeirização, e a taxa cobradas pelos intermediares, na hora de transferir o dinheiro do poupador para o consumidor, veremos na seção seguinte como isso trava a economia, e como esse processo se iniciou historicamente no Brasil.

4. FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇAO NO BRASIL (1999-2018)

4.1. A FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

A fase de financeirização no Brasil começa a partir dos anos 90, onde o país passa para uma fase de liberalização econômica. A partir 1995 inicia-se a fase de estabilidade nos preços, muito por conta do plano real, e em 1999, para a adoção do

câmbio flutuante, o banco central adota o regime de metas de inflação. A Taxa Selic, chamada de taxa básica de juros da economia, é mantida a níveis elevados para controlar a inflação.

Bresser e Nakano (2002) afirmam que a taxa de juros se mantém alta no Brasil porque precisa atingir vários objetivos: i) controlar a inflação; ii) evitar a desvalorização cambial para que não haja aumento nos custos de produção; iii) atrair capital externo; iv) quarto induzir a compra LFT (letras financeiras do tesouro) que servem para financiar a dívida pública.

Continuando sobre essa ótica das LFT, Oreiro e Paula (2011) afirmam que as taxas de juros no Brasil são altas, devido ao fatz de o mercado monetário e o mercado da dívida pública estarem conectados, por meio LFT, dessa forma Selic cumpre duas funções, ela regula os empréstimos interbancário e o tesouro rola a dívida pública. Deste fato então temos que a Selic elevada, e estando indexada as LFT, elas transferem receita em benefício da renda e concorrem ao investimento privado, devido aos juros muitas vezes estarem superiores a rentabilidade do investimento produtivo.

Chesnais (2015), afirma que comando das finanças na economia se deve ao fato de que as grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego) são determinadas pelo mercado, e ressalta o papel “regulador” das finanças, pela fixação do nível das taxas de juros. Ou seja, a taxa juros determina o nível do consumo, investimento e de emprego na economia.

4.2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: O CASO BRASILEIRO

A financeirização provoca a queda do investimento produtivo, do nível de consumo e emprego. O investimento está fortemente relacionado a participação da indústria no valor adicionado. O setor da indústria produz elevação de renda per capita, e maior nível de consumo, pois oferece salários maiores, a financeirização provoca queda do investimento, portanto devemos analisar se a economia brasileira está se desindustrializando.

Morceiro (2019) observou a carência de dados sobre o emprego, para análise da questão da desindustrialização no Brasil, já que havia a necessidade de comparação entre o emprego total em relação ao do setor manufatureiro, para compreender se o Brasil passava por esse processo, ele analisou dados da Pnad e dos censos, dados compatibilizados com a estrutura da Pnad e a série dos censos,

e apresentou o gráfico 1, que vemos na figura 1, nele podemos observar que o Brasil atingiu o pico de 16% da sua mão de obra empregada na indústria em 1980, e de lá pra cá esse valor percentual se reduziu, com exceção ao período de 2000 a 2008 que teve uma leve recuperação.

O pico brasileiro de 16% alcançado em 1980, no emprego gerado na indústria é inferior ao de outros países quando atingiram seu pico de emprego na indústria, até mesmo daqueles países, a exemplo do nosso que começaram a se industrializar mais tarde, como no caso da Coreia do sul que atingiu 28,7% do emprego total na indústria em 1989.

Morceiro (2019) apresenta cinco hipóteses para a baixa absorção do emprego manufatureiro, um deles ressalta que o Brasil não completou a última etapa da industrialização, a busca de aumento de exportações de bens de capital e de elevada intensidade tecnológica. O Brasil teve êxito na implantação do complexo metal mecânico e químico, mas não alcançou a terceira revolução, relacionada à indústria de informática e produtos eletrônicos, e isso foi importante para o sucesso do caso da industrialização na Coreia do sul.

Na contramão da cartilha do desenvolvimento, o Brasil não conseguiu aumentar a produtividade e a renda per capita por meio das mudanças intersetorial, consequência da diminuição no nível de investimento, também temos, reprimida parte do consumo devida ao baixo nível de renda per capita.

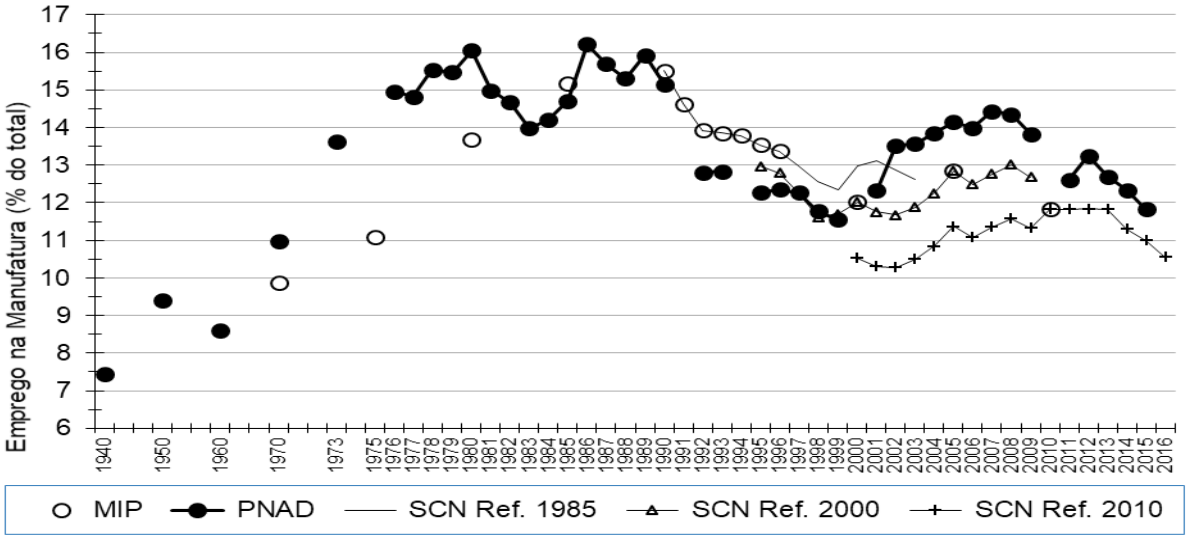

Figura 1: dados do censo padronizados na estrutura setorial da PNAD pelo IBGE (2006) para 1940, 1950,1960, 1970 e Fonte: elaborado Morceiro 2019 p 28. PNAD (várias edições), Matriz de Insumo-Produto (várias edições) e IBGE (2004, 2006, 2011, 2018).

Analisando o gráfico acima observamos que de 1940 a 1980 a parcela de emprego da indústria no total foi evoluindo, foi crescendo, a partir de 81 começou a cair, devido à crise do petróleo e se recuperou em 1986, atingindo o pico de 16% alcançado em 1980. Do início da década de 90 até o início dos anos 2000 vemos uma redução da participação da indústria no emprego total. De 2001 a 2006 ensaiou se uma breve recuperação do emprego da indústria no total, mas, em 2007 retoma a redução que persiste até 2017.

Morceiro (2019) destaca que o Brasil começou a se desindustrializar quando ainda havia uma alta taxa de crescimento demográfico, diferente do que ocorreu com os países desenvolvidos e ainda nesse processo acontecia o êxodo rural, pessoas vinham do campo para a cidade em busca de trabalho, mas a capacidade de absorve essa nova mão de obra no Brasil foi no mínimo decepcionante, na década de 90 o Brasil teve uma retração no emprego manufatureiro na ordem de 1,5 milhão de postos de trabalho, segundo dados das contas nacionais, com isso agravou a situação do emprego, aumentou o subemprego, empregos precários com baixíssima produtividade, a hipótese levantada é que o pais não concluiu a terceira revolução industrial, relacionada a informática e tecnologia, setores com maior valor agregado.

O Brasil começou a se industrializar mais tarde, teve sucesso na instalação da indústria de base, mas ainda no final da década de 80 haviam muitas pessoas empregadas no campo. A mecanização das lavouras fez com que houvesse uma migração do campo para as cidades, no começo dos anos 90, nessa fase o Brasil passa por um processo de liberalização na economia que inicia o sistema de financeirização, desestimulando o investimento produtivo, favorecendo revalorização do capital.

4.3 FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Bresser-Perreira (2009) menciona que entre 1930 a 1980 o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo economicamente, teve alguns breves momentos de interrupção, entre 1945 a 1947 e 1961 a 1964, fora isso no decorrer deste período houve expressivo crescimento, muito se deve a retenção das exportações de produtos primários e de uma firme administração da taxa de câmbio, mas a partir dos anos 90, com a abertura econômica e valorização das commodities, com o câmbio atrativo há o retorno da relevância das exportações primarias, muito para

melhorar o saldo das transações correntes, e o Brasil é um país abundante de recursos naturais.

A partir disso, pautado nas rendas ricardianas, se observa o processo de desindustrialização precoce brasileira. Segundo Rowthorn e Ramaswany (1999) a desindustrialização pode ser causada tanto por fatores internos quanto externos, a saber, os fatores internos, segundo ele, seriam basicamente dois, primeiro, uma mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços, e segundo o crescimento mais acentuado da produtividade na indústria do que em relação ao setor de serviços, dessa forma, levaria ao aumento do emprego do valor total de serviço superar o emprego da indústria, no processo de desenvolvimento econômico "naturalmente" as economias seriam levadas a desindustrialização quando alcançasse um certo nível de renda per capita.

Agora no caso da desindustrialização causada pela "doença holandesa" que em outras palavras está associada a déficits comerciais crescentes da indústria, diminuição no valor total do emprego da indústria em relação PIB, e superávits comerciais no setor não-industrial, na busca por saldo positivo na balança comercial, com elevação das exportações de produtos primários, com baixo valor adicionado.

Nesse caso a experiência brasileira, com base no conceito clássico de desindustrialização é inegável que a economia brasileira esteja passando por um processo de desindustrialização causada pela denominada "doença holandesa", utilizando os dados do IPEADATA mostram que entre 1981 e 2008 a participação da indústria no valor adicionado caiu de 44,31% para 27,34%, uma queda de cerca de 17 pontos percentuais em 27 anos, e continua caindo, nos últimos, dados do IBGE de 2010 a 2017, mostram uma queda do valor adicionado da indústria no PIB em percentual e do PIB per capita, do valor adicionado da indústria no PIB em percentual observamos uma queda 2 %, em 2010 era 12,7% e 2017 passou para 10,7, já com relação ao PIB per capita observamos uma queda de 457 reais nesses últimos 7 anos, como vemos nas tabelas na figura 2 e 3 abaixo.

Tabela 6587 - Indicador 9.2.1 - Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita								
Variável - Valor adicionado da indústria de transformação per capita (Reais (2010))								
	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	2592	2627	2544	2528	2389	2169	2151	2135

Figura 2: Valor adicionado da indústria em proporção ao PIB per capita
Fonte: Elaborado pelo autor fonte: IBGE; Sistema de Contas Nacionais - CONAC; e Estimativas da IBGE; Sistema;ão – COPIS

Em 2010 o ´PIB per capita adicionado da indústria era de 2,592 reais, e em 2017 foi de 2,135 reais, temos então tem uma redução ao longo desses 7 anos de 457 reais de renda per capita da, agora vamos analisar a participação da indústria no total em proporção ao PIB em percentual.

Tabela 6587 - Indicador 9.2.1 - Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita								
Variável - Valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB (%)								
	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	12,7	12,5	12	12	11,4	10,8	10,6	10,7

Figura 3: Valor adicionado da indústria em proporção ao PIB
Fonte: Elaborado pelo autor fonte: IBGE; Sistema de Contas Nacionais - CONAC; e Estimativas da População – COPIS

Nos últimos 7 anos a participação da indústria em proporção do PIB reduziu 2%, em 2010 era 12,7% em 2017 10,7%, vemos a participação da indústria no PIB vem caindo, como mostra a tabela acima.

A questão que está sendo debatida no momento é se esse fenômeno é um resultado natural do estágio de desenvolvimento da economia brasileira ou se é a consequência das políticas macroeconômicas adotadas nos últimos 20 anos.

Oreiro (2009) apresenta como primeiro passo para responder a essa questão a análise do comportamento de duas séries, de um mesmo período, a FBKF/PIB e a taxa real efetiva de câmbio.

O uso dessas variáveis se apoia no que afirmou Rowthorn e Ramaswany (1999): que o investimento é altamente intensivo em produtos manufaturados, então uma redução da taxa de acumulação de capital deve estar associada a uma redução da participação da indústria no valor adicionado.

Nesse período se observou que a taxa de investimento passou de 24,45% em 1981 para 19,91 % em 2008, segundo dados do IPEADATA destacando então a possibilidade de rendimentos por meio de canais financeiros superiores aos meios produtivos, e um dreno de recurso pela forte financeirização da nossa economia.

Oreiro (2009) calculou o índice de correlação entre as duas séries e observou que o mesmo é de 0,747 no período considerado, dessa forma podemos concluir que a taxa de investimento e a participação da indústria são altamente correlacionados.

Morceiro (2019) menciona que na literatura a cartilha do desenvolvimento sugere que se busque uma forma a alcançar uma maior produtividade e renda per capita mais elevada por meio de uma mudança Inter setorial, porque se observa que o rendimento do setor da agropecuária costuma ser inferior ao da manufatura e de alguns empregos no setor de serviços, dessa forma para atingir um nível maior de renda per capita e produtividade, sugere se então uma alteração Inter setorial do percentual empregado nos setores com rendimento maiores, indústria e serviços.

Morceiro (2019) apresenta alguns dados onde podemos entender melhor a situação, em 1980, 34,4% da população empregada estava no setor agropecuário, e durante os anos 80 e 90, com a transformação tecnológica, e mecanização da lavoura, boa parte das pessoas empregadas no campo migraram para as cidades, e em 2016 haviam ainda 13,1% da população empregada no setor agropecuário (IBGE 2018), isso é considerado elevado porque por exemplo, nos Estados Unidos em 1969 a população empregada no setor de agropecuária era de apenas 1,8%

> Ainda na década de 1990, houve retração de 16% do emprego manufatureiro – equivalente à diminuição de 1,5 milhão de postos de trabalho –, segundo as Contas Nacionais. Assim, o problema da mão de obra agravou-se à medida que a PEA aumentava e continuava o êxodo rural. A consequência disso foi o aumento do subemprego e empregos precários (por ex., camelôs) e moradias irregulares nas áreas urbanas. Setorialmente, aumentou o emprego nos setores de serviços com elevada informalidade e baixíssima produtividade (como serviços domésticos, serviços pessoais e prestados às famílias, e comércio). (MORCEIRO, 2019, p.30)

Como podemos notar temos uma diminuição da renda per capita, consequência da desindustrialização, Dowbor (2015) afirma que uma das causas da financeirização, que através de mecanismos de extração do excedente produzido pela sociedade, atrapalha os motores da economia, a queda da atividade empresarial no Brasil se deve ao fato do travamento da demanda das famílias, como observamos, a desindustrialização precoce aconteceu antes de alcançar o esperado aumento do rendimento per capita, o ritmo de produção cai a medida que o consumo da população diminui, é natural observar a redução da produção e por sua vez do emprego quando se tem diminuição.

> Se a demanda se reduz, por exemplo, em 5%, gerando uma insegurança quanto à perspectiva de produção, os investimentos novos caem muito mais, pois as empresas entram em compasso de espera e qualquer nova iniciativa é suspensa. (DOWBOR, 2015, P.203)

Dessa forma observamos que o nível de rendimento mais baixo desencadeia a financeirização, a forma como isso ocorre é pela compressão da remuneração, quando parte significativa da renda vai para o pagamento de juros, seja de forma direta, quando o sujeito para ter acesso a determinado bem ou serviço toma crédito emprestado, e esse crédito tem juros elevadíssimo, também pode ocorrer de forma indireta, acontece a medida que parte dos impostos vão para o pagamento de juros da dívida pública.

> Se juntarmos os juros sobre a dívida pública que restringem o acesso da população a bens públicos, com os juros que encarecem o consumo e travam o investimento, temos aqui um fenômeno de apropriação indébita generalizado: a extração de uma parte do excedente socialmente produzido por quem se limitou a controlar e exigir o rendimento dos seus papéis. (DOWBOR, 2015, P.183)

Quando analisamos os dados sobre os juros cobrados da pessoa física no Brasil, a afirmativa de Dowbor (2015), fica mais evidente, as pessoas ao fazer uma compra no crédito gastam mais com os juros do que com o próprio bem. E uma outra questão que acaba também por desincentivar o investimento produtivo, é os juros pago pelo tesouro aos seus títulos.

> Além da baixa demanda e do crédito caro, no caso brasileiro, um terceiro fator desestimula o produtor: ele tem a alternativa de aplicar no Tesouro Direto, que rendia na faixa de 13% para uma inflação de 6,5%, com liquidez total e risco zero. Em 2018 essa taxa baixou para 6,5%, mas para uma inflação de 3,5% e sobre um estoque muito maior de dívida, o que significa que continuamos a transferir entre 6% e 7% do PIB para os bancos, travando o investimento público. Uma alternativa que permite ao empresário

> ver o seu dinheiro render sem precisar enfrentar os esforços e riscos das atividades produtivas. (DOWBOR, 2015, P.205)

Os juros cobrados da pessoa física em 2018, dados extraídos da pesquisa elaborada pela Anefac, em agosto 2018 Pesquisa de Juros. Observa os juros do comércio, cobrados pelo crediário e do cartão de crédito, os juros do comércio 87,97% ao ano, do cartão de crédito 319,84% ao ano, em janeiro de 2018, isso representa bem como o intermediador financeiro extrai parte significativa da renda do consumidor e reprime o consumo. O consumidor paga três vezes o valor do produto no cartão de crédito se comprar parcelado em um ano.

O resultado do rentismo no Brasil é impressionante, Dowbor (2020) o lucro dos bancos, os intermediários do dinheiro alheio, deveriam custar menos à sociedade, à medida que tornam o dinheiro mais produtivo, fomentando a economia. Seria mais benéfico a sociedade, o banco através das poupanças, oferece-se crédito para produtores, industriais e agrícolas, setores produtivos a custos razoáveis, tornando empresários capazes de gerar emprego e produto, mas quando extraem mais dinheiro da sociedade do que contribuem, eles estão empobrecendo as famílias que gastam em juros o que poderiam gastar em bens e serviços, isso fragiliza a demanda, o que, por sua vez, fragiliza as empresas, e ambas fragilizam o fluxo de receitas para o Estado.

O Valor Econômico: Grandes Grupos (1), baseado em dados de 2019 apresentou a evolução dos maiores grupos econômicos do país, o estudo constatou que “dos quatro setores analisados, apenas o setor de Finanças registrou aumento no lucro líquido (27,1%). Comércio (-6,8%), Indústria (-7,8%) e Serviços (-34,8%) veja que os setores produtivos tiveram retração”. O estudo ressalta “o bom desempenho da área financeira, sobretudo dos bancos, cuja fatia no lucro líquido consolidado dos 200 maiores aumentou de 37,7% para 48,9%” (Valor Econômico: Grandes Grupos– dez de 2020, Ano 19, Nº 19 p.12).

A China, segundo Dowbor (2020), ou o Vietnã e outras economias que estão se desenvolvendo, elas controlam os juros e promovem financiamentos para o fomento da economia. No Brasil, os intermediários, em vez de contribuir a economia, servem a si mesmos. Na lista dos 10 grupos que mais lucram no país, é clara. A Petrobrás até está no topo da lista, mas não é propriamente ‘produtora’ é extrativista: o petróleo é da natureza, e é extraído, é natural que gere grandes lucros. Os cinco lugares seguintes são ocupados por bancos. Veja abaixo figura 4.

OS 10 MAIORES EM LUCRO LÍQUIDO EM 2019 (lucro líquido em milhões).

1º	Petrobras	40.970,0
2º	Itaú Unibanco	26.582,6
3º	Bradesco	22.506,8
4º	Caixa	21.056,7
5º	Banco do Brasil	18.162,1
6º	Santander	14.181,0
7º	Cervejaria Ambev	12.188,4
8º	Eletrobras	10,743,8
9º	JBS	6.469,9
10º	Anglo American minério de ferro	5.929,7

Figura 5: Os 10 maiores em Lucro líquido em 2019 (lucro líquido em milhões.
Fonte: Elaborado pelo autor. Valor Econômico: Grandes Grupos– Dez. de 2020, Ano 19, Nº 19, www.valor.globo.com

A tabela 4 apresenta os dez maiores lucros em 2019, cinco são bancos, do segundo ao sexto lugar, primeiro da lista Itaú, seguido por Bradesco, Caixa, Banco do Brasil e Santander, somados os lucros dos bancos comparados aos das empresas, o lucro dos bancos é superior, somam 102.489,2 milhões de reais, das empresas 76.301,8 milhões de reais, isso representa bem como o capital está dominado pelas finanças, dos dez maiores lucro, cinco do segmento de finanças, das empresas as cinco são de segmentos diferente. O lucro não é o problema, o que trava e economia e causa a desindustrialização é a financeirização que está drenando recursos, extraindo renda, nesse sistema econômico dominado pelas finanças cada vez mais cai o nível de investimento, o nível de renda per capita, o consumo e a produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalhou buscou compreender a relação financeirização e a alta taxa de juros no Brasil e seus efeitos no processo de desindustrialização, através da apresentação de referências bibliográficas, artigos, livros e dados sobre o tema, o trabalho busca apresentar uma análise teórica sobre os efeitos da financeirização e da taxa de juros sobre o consumo e o investimento no processo de desindustrialização no período de 1999 a 2018.

A desindustrialização, redução da participação do emprego industrial no emprego total, é derivada da abertura financeira e da queda do investimento, ela é um processo natural quando se alcança um certo nível de renda per capita, porém, a desindustrialização provocada pela doença holandesa seria uma desindustrialização precoce iniciada a um nível de renda per capita inferior.

Com base nos dados do IPEADATA que mostram que entre 1981 e 2008 a participação da indústria no valor adicionado caiu de 44,31% para 27,34% , uma queda de cerca de 17 pontos percentuais em 27 anos, e continua caindo, e para completar a taxa de investimento passou de 24,45% em 1981 para 19,91 % em 2008, segundo dados do IPEADATA destacando então a possibilidade de rendimentos por meio de canais financeiros superiores aos meios produtivos, a correlação do investimento a participação da indústria é de 0,747, segundo artigo do Oreiro (2009), para o desenvolvimento sugere se que busque uma forma de alcançar aumento da produtividade e da renda per capita por meio de uma mudança Inter setorial, nesse caso a experiência brasileira, com base no conceito clássico de desindustrialização é inegável que a economia brasileira esteja passando por um processo de desindustrialização causada pela denominada “doença holandesa”, desindustrialização de forma precoce.

O Brasil não completou a última etapa da industrialização, a busca de aumento de exportações de bens de capital e de elevada intensidade tecnológica, o Brasil teve êxito na implantação do complexo metal mecânico e químico, mas não alcançou a terceira revolução, relacionada à indústria de informática e produtos eletrônicos, o pico brasileiro de 16% alcançado em 1980, no emprego gerado na indústria é inferior ao de outros países quando atingiram seu pico de emprego na indústria, até mesmo daqueles países, a exemplo do nosso que começaram a se

industrializar mais tarde, como no caso da Coreia do sul que atingiu 28,7% do emprego total na indústria em 1989.

Na década de 90 o Brasil teve uma retração no emprego manufatureiro na ordem de 1,5 milhão de postos de trabalho, segundo dados das contas nacionais, e ainda na época acontecia o êxodo rural e havia uma taxa elevada de crescimento demográfico, com isso agravou a situação do emprego, aumentou o subemprego, empregos precários com baixíssima produtividade.

Se faz necessário a discussão sobre o tema, da elevada taxa de juros praticadas, da política econômica adotada, compreender essa relação, financeirização e desindustrialização para assim nos tornarmos conscientes da situação que afeta o nível de produto, diminui o investimento e a renda per capita, o consumo, e a qualidade do emprego, a produtividade, isso é necessário para buscar alternativas, soluções mais efetivas para o crescimento e desenvolvimento.

6. REFERÊNCIAS

BARBOZA, Ricardo de M. **Taxa de juros e mecanismos de transmissão da política monetária no Brasil**. Revista de Economia Política, São Paulo vol. 35, nº 1 (138), pp. 133-155, janeiro-março/2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C; Nakano, Y. **Uma Estratégia de desenvolvimento com Estabilidade**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 22, n. 3, pp. 146-180, jul./ set. (2002)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Fernando de Paula e Miguel Bruno. **Financeirização, coalizão de interesses e taxa de juros no Brasil**, revista de Economia Política, São Paulo, vol. n. outubro (2019)

CARDIM DE CARVALHO, F. J. **Uma contribuição ao debate em torno da eficácia da política monetária e algumas implicações para o caso do Brasil".** Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 25, n. 4; outubro-dezembro (2005)
.
CHESNAIS. **Mundialização: o capital financeiro no comando**, Revista outubro, São Paulo Edição 5 Artigo 02, fevereiro (2001).

DOWBOR. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Editora outras palavras & autonomia literária, 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A financeirização em números: poder dos grandes grupos**. Valor Econômico: Grandes Grupos – Dez. de 2020, Ano 19, Nº 19, www.valor.globo.com

LEAL, Lucas Edler. **As altas taxas de juros no Brasil e o problema da indexação da dívida pública mobiliaria fiscal monografia** (bacharelado em economia) instituto de economia da UFRJ, Universidade federal do Rio de janeiro, Rio de janeiro, 2015.

MORCEIRO, P. C**. Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MORCEIRO, Paulo Cesar. **Industrialização e desindustrialização brasileira pela ótica do emprego.** Informações FIPE, São Paulo boletim FIPE 459, dezembro (2018)

MIGUEL BRUNO. **Financeirização e desenvolvimento no Brasil**. Revista Rumos, Rio de Janeiro vol. 1 nº 303, pp 12-14, janeiro-fevereiro/2019.

OREIRO, Jose Luís. **Por que as taxas de juros são tão elevadas no Brasil? Uma avaliação empírica**. Revista de Economia Política, São Paulo vol. 32, nº 4 (129), pp 557-579, outubro-dezembro/2012.

OREIRO, **Jose Luís; Feijo, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

KEYNES, M. John. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: editora Atlas S.A, 1992.